

A ARTE DA RESISTÊNCIA: MÍDIA INDEPENDENTE E LUTA ANTI-CAPITALISTA

*Dilceane Carraro*¹

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: dilceanec@gmail.com

*Simone Sobral Sampaio*²

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: simonesobral@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo resulta de uma análise da utilização da mídia eletrônica, em especial da Internet, feita pelo Centro de Mídia Independente – CMI do Brasil, procurando dimensionar em que medida a utilização destas, enquanto ferramenta política, pode configurar um elemento de luta e resistência. A hipótese deste estudo é que dado o desgaste das formas tradicionais de organização de classe, é emergente pensar criticamente os novos elementos que compõe a luta anti-capitalista, pois, supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão política podem caracterizar novos paradigmas de resistência à dominação capitalista e alternativa de transformação. De modo geral, o estudo permitiu concluir a centralidade da utilização da mídia, em especial da internet, haja vista que objetivam conceder uma dimensão mundial à resistência anti-capitalista. A utilização da internet pelo movimento se configurou como instrumento facilitador dos protestos e manifestações e, portanto, como novo componente da luta por uma nova lógica societária. A mídia na atualidade constitui elemento essencial para o novo cenário político à medida que confere um outro sentido a resistência e a luta social. Comprovou-se a necessidade de que a chamada *revolução tecnológica* possa significar mais do que inovações sobre os métodos de produção e consumo, mas que a luta organizada pela emancipação humana, possibilite concretamente ultrapassar a fronteira virtual para materializar a dimensão política, reflexo de uma nova significação cultural e ética, ou seja, a realização de uma nova práxis.

Palavras-chave: Mídia; Centro de Mídia Independente; Luta anti-capitalista; Resistência.

1 Introdução

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora junto ao Instituto de Estudos Latino-Americanos IELA/UFSC, e ao Grupo de Pesquisa Comunic, CED/UFSC, e-mail: dilceanec@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: simonesobral@yahoo.com.br

Este artigo resulta de uma análise da utilização da mídia eletrônica, em especial da Internet, feita pelo Centro de Mídia Independente – CMI do Brasil, procurando dimensionar em que medida a utilização destas, enquanto ferramenta política, pode configurar um elemento de luta e resistência. Parte-se do entendimento da necessidade de estudar o uso das tecnologias de informação e na realidade histórico-estrutural em que se desenvolvem como instrumento, que, sendo incorporado na luta cotidiana, publicize a realidade de forma alternativa em busca de uma nova lógica societária.

A hipótese deste estudo é que dado o desgaste das formas tradicionais de organização de classe, é emergente pensar criticamente os novos elementos que compõe a luta anti-capitalista, pois, supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão política podem caracterizar novos paradigmas de resistência à dominação capitalista e alternativa de transformação.

Nosso enfoque analítico concerne a possibilidade da mídia eletrônica constituir-se enquanto arena privilegiada da política, principalmente por meio da internet, que pela natureza de seu formato, é possível pensar no fomento de novas práticas políticas. Essa perspectiva reflete uma oportunidade que ultrapassa o âmbito da esfera puramente comunicativa da rede mundial de computadores por possibilitar o aprimoramento das formas tradicionais de participação política.

Nessa perspectiva, esse estudo objetiva analisar a relevância das novas formas de luta através da internet, a exemplo da utilização feita pelo Centro de Mídia Independente – CMI, buscando verificar as possibilidades de um caminho alternativo na organização midiática, que vá ao encontro da resistência pertinente as manifestações das forças sociais, de modo a evitar a progressiva dominação e manutenção do poder, próprias da sociedade capitalista.

2 Incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na luta anti-capitalista

Inicialmente propõem-se desenvolver uma reflexão sobre os novos elementos que compõe a luta dos movimentos de resistência anti-capitalista, pois supõe-se que as formas renovadas de manifestar descontentamento e travar conflitos, além de incorporar uma maneira alternativa de comunicar, indicam caminhos distintos para exercer pressão política.

De acordo com Ianni (1998), a internet pode ser considerada o *Ágora*³ eletrônico da chamada sociedade global. Entretanto, faz-se necessário advertir que a existência da rede mundial como ciberespaço público não a responsabiliza pela efetiva materialização da justiça e da igualdade, até mesmo porque estas devem ser arquitetadas através de participação, luta social e resistência.

O importante a ressaltar é que trata-se de uma mudança significativa na forma de conduzir supracitada luta e resistência que, imbricadas pela dimensão eletrônica, torna possível a ampliação dos horizontes políticos de atuação na contemporaneidade. Nas palavras de Moraes (2000):

A militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida. A cibercultura universaliza as visões de mundo mais díspares, os modos de organização social mais contrastantes, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou domínios por coerção. Trata-se de um âmbito virtual de conhecimentos múltiplos, que congrega forças, ímpetos e interesses contraditórios. [...] O ciberespaço configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem pontos fixos para a veiculação de informações e saberes. No ciberuniverso, as partes são fragmentos não-totalizáveis, isto é, não sujeitas a um todo uniformizador de linguagens e concentrador de poderes. As relações entre as partes podem reinventar-se, em densidade e em extensão, sem que umas se sobreponham ou subjuguem as demais. (MORAES, 2000)

É necessário salientar ainda, que o autor analisa o ciberespaço não como uma esfera divorciada dos embates sociais concretos, à medida que conforma uma relação de complementaridade com o real, através da hibridação de recursos tecnológicos. O mais importante em sua reflexão, no entanto, corresponde a percepção da potencialidade da internet para constituir o alicerce de um itinerário comunicacional capaz de estruturar uma práxis virtual eminentemente distinta dos meios convencionais de luta e resistência.

Assim, pode-se afirmar que a comunicação dos movimentos na sociedade informacional, realizada através da rede mundial enquanto recurso estratégico constitui renovação dos códigos de militância. É fato que a utilização da mídia, sobretudo de uma mídia como a internet, pode conferir mais efetividade as mobilizações sociais em virtude da agilidade com que comunica e do caráter transnacional de seu alcance.

A associação da informática à microeletrônica e às telecomunicações, reflexos de um novo paradigma, caracteriza uma etapa que Castells (2002a) relaciona ao rejuvenescimento da presente fase do capitalismo. Segundo o autor os avanços estabelecidos pelas tecnologias

³ *Ágora* é o espaço público principal onde se constituía a política na *pólis* grega, marcado principalmente pela democracia direta, na qual todos os cidadãos tinham voz e voto iguais. Ao referir-se ao *Ágora* eletrônico, Ianni (1998) remete a democracia conveniente ao futuro da sociedade capitalista, portanto, adequada aos valores da representação e individualidade.

remetem a uma relação dialética, pois ao mesmo tempo em que se constituem como elemento facilitador do atual estágio de acumulação de capital, é possível considerá-las também como meio de comunicação e assim, infra-estrutura material de uma forma organizativa com potencial mobilizatório.

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade (por exemplo, o processo produtivo, o complexo industrial militar), a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. [...] Como o informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social. (CASTELLS, 2002a, p. 54)

Nessa esteira, afirma-se o potencial político da incorporação da mídia eletrônica como instrumento da luta e resistência por parte dos novos movimentos e organizações. Além disso, o alcance, em termos de multiplicidade de acessos, indica a sensibilização da opinião de outros sujeitos que passam a agregar demandas, interagir e comunicar, tornando ainda mais legítimas as causas coletivas.

Como exemplo dessa assertiva, podemos citar a mobilização de muitos movimentos internacionais contra a globalização, ocorridos a partir de Seattle/EUA em 1999, onde vários movimentos sociais mundiais - estima-se que cerca de 100 mil manifestantes - encontraram-se para protestar contra a política econômica fomentada pela Organização Mundial do Comércio - OMC e suas avassaladoras conseqüências sociais⁴. Essas manifestações mobilizaram a opinião pública de forma tal que o hegemônico *discurso da globalização*⁵ passou a ser tema de discussão crítica nos diferentes espaços públicos da sociedade.

A luta anti-capitalista de caráter mundial, inaugurada desde então, otimiza a utilização das tecnologias de informação e comunicação através de sua incorporação na esfera da luta social. Significa dizer que a sociedade não é a tradução íntegra e sem rupturas do poder dominante, tampouco a expressão perpétua de padrões de vida intactos: trata-se de uma arena de conflitos e contradições onde os interesses divergentes podem se apropriar de novos

⁴ Apesar de muitos estudiosos considerarem os episódios ocorridos em Seattle um marco para as caracterizações dos novos movimentos sociais é importante destacar que no ano anterior (1998), manifestantes reuniram-se em Genebra, na Suíça, caracterizando a primeira manifestação anti-globalização, durante a 2ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, contra o acordo Multilateral de Investimentos. Esse encontro foi convocado pela Ação Global dos Povos - AGP, movimento que surgiu a partir da inspiração do encontro dos zapatistas no ano anterior e tinha como finalidade demonstrar o descontentamento com instituições internacionais organizando dias de manifestações contra essas entidades.

⁵ É importante destacar que quando nos referimos à globalização ao longo desse estudo tratamos não como uma nova época, mas como um processo de longo prazo, “[...] não se trata de um novo tipo de capitalismo, mas da lógica do capitalismo tal como este foi desde o começo. [...] Vista da perspectiva de Marx, como um processo de longo prazo, a globalização aparece como algo profundamente contraditório, no qual cada avanço na expansão do capitalismo trouxe consigo desde o começo novas instabilidades e novas possibilidades de luta.” (WOOD, 2005, p. 101)

elementos com objetivo de incrementar sua atuação no processo de construção das transformações.

Do ponto de vista estrutural pode-se dizer que a mídia é uma das ferramentas para a acumulação de capital, pois através do uso dos meios de comunicação pelos grupos dominantes perpetua-se a ideologia dominante que permanentemente cria e recria suas bases. No entanto, a hipótese que pretendemos comprovar com este estudo, é como determinada utilização de uma mídia considerada multidimensional, como a internet, pode possibilitar ultrapassar essa fronteira.

Ao conferir novos sentidos aos movimentos de luta e resistência, projetando a atuação política no ciberespaço, contesta-se diretamente a mídia burguesa, o grande capital e a ação dos Estados nacionais ou bloco econômico em favor de determinados regimes de acumulação que negligenciam indignamente o cotidiano dos trabalhadores.

Assim sendo, reafirma-se a mídia como aparelho de comunicação e expressão da realidade que, considerada em sua estrutura de massa na sociedade capitalista, é produtora de consensos sociais. A mídia é fundamental para a compreensão da atual configuração social do sistema, da mesma forma para o entendimento das mobilizações contra ou a favor da conjuntura capitalista.

Uma análise que aponta para esse entendimento é a de Cohn (1978) quando realiza um estudo sobre o pensador Marshall McLuhan. De acordo com o autor, McLuhan considera que os meios de comunicação são extensões do homem, pois formam o meio ambiente no qual ele se move, se projeta e se forma. Assim, considera o ambiente criado pelo homem como uma segunda natureza que em uma relação recíproca forma o próprio homem por moldar seus padrões de percepção do mundo e de si próprio (COHN, 1978).

Um dos maiores postulados da obra de McLuhan, de acordo com Cohn (1978), refere-se à importância essencial conferida a natureza do meio de comunicação para a compreensão dos seus efeitos sociais, pois para ele a mensagem obedece as características do meio em que é transmitida. Assim, o mesmo conteúdo, transmitido através de meios diferentes, terá efeitos sociais diferentes.

Por essa esteira corrobora com a análise desenvolvida nesse estudo, ou seja, a importância decisiva do meio de comunicação para articulação social, de modo que ao atribuir à forma de transmissão dessas mensagens o exercício singular da comunicação, nos permite pensar a internet como meio alternativo de sensibilização e conscientização social já que corresponde a uma mídia menos atrelada às ideologias presentes nos veículos de comunicação de massa na sociedade capitalista.

Desse modo, tendo em vista a possibilidade de interação social que a internet estabelece a partir da sua forma, é possível pensar na sua constituição como contraposição à forma unilateral de comunicabilidade da opinião pública. Ou seja, não permitir que imprima *falso sentido* (ADORNO, 1978)⁶ no que se refere a fatos e relações, mas fomentar um espaço para incitar o diálogo, bem como conferir visibilidade política e possibilitar entendimento entre os pares.

O que peculiariza a internet e a torna apta para tal refere-se ao fato da rede mundial disponibilizar informações para qualquer ser humano conectado em qualquer espaço e tempo, bem como possibilitar a interatividade, o que confere aos usuários status de autores e não somente telespectadores, ouvintes ou leitores. O que significa que por meio da internet as pessoas exercem participação ativa, e que, além de buscar e receber informações, também podem gerá-las, publicá-las e assim contribuir para a construção de outra sociabilidade. Por esse motivo, pode ser considerada um ambiente diferenciado de comunicação. Segundo Castells (2004)

Porque a comunicação constitui a essência da actividade humana, todas as áreas da actividade humana estão a ser modificadas pela penetrabilidade dos usos da internet [...]. Uma nova estrutura social, a sociedade em rede, está a estabelecer-se em todo planeta, em formas diversas e com conseqüências bastante diferentes para a vida das pessoas, segundo a sua história, cultura e instituições. Tal como aconteceu com outras mudanças estruturais anteriores, esta transformação oferece tantas oportunidades como levanta desafios. A sua evolução futura é bastante incerta e está submetida às dinâmicas contraditórias que opõem o nosso lado obscuro às nossas fontes de esperança. (CASTELLS, 2004, p. 317)

Nosso enfoque analítico concerne às oportunidades as quais se refere o autor. Ou seja, para além do seu potencial de interação social, trata-se da possibilidade da mídia eletrônica⁷ constituir-se enquanto arena privilegiada da política, principalmente por meio da internet, que pela natureza de seu formato, é possível pensar no fomento de novas práticas e alimentar assim, *fontes de esperança*.

Essa perspectiva reflete uma oportunidade que ultrapassa o âmbito da esfera puramente comunicativa da rede mundial de computadores por aprimorar as formas tradicionais de participação política com elementos que além de partilhar informações incrementam o nível de democratização da sociedade à medida que permitem imprimir horizontalidade aos processos sócio-políticos.

⁶ “[...] assim aquele a quem o gênio do domínio da natureza permite ver as coisas distantes só enxerga o habitual, enriquecido pela mentira de que se trata do diferente, pela qual isso lhe é impingido enquanto falso sentido do seu cotidiano” (ADORNO, 1978, p. 354). O autor refere-se principalmente à televisão e aos meios de comunicação de massa, cujo papel corresponde a perpetuação de ideologias para reprodução da sociedade capitalista.

⁷ Ao usar a conceituação “mídia eletrônica” o autor refere-se ao rádio, a televisão e as demais formas de comunicação, tais como jornal e internet.

Outra análise do autor que converge para esse entendimento, indica que determinado uso das novas tecnologias de informação e comunicação propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações engendradas na atual etapa em que se encontra a sociedade, afetam profundamente a política (CASTELLS, 2002b). Embora o autor não acredite que a política possa ser reduzida a dimensão tecnológica, ressalta que sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder:

Ao destacar o papel crucial da mídia eletrônica na política contemporânea, estou querendo dizer [...] que em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. O que acontece nesse espaço político dominado pela mídia não é determinado por ela: trata-se de um processo social e político aberto. Contudo, a lógica e a organização da mídia eletrônica enquadram e estruturam a política. (CASTELLS, 2002b, p. 368)

Assim, o autor confere a mídia um lugar privilegiado quando se trata de internet. Castells (2002b) entende a rede como lugar da virtualidade real, pois o chamado ciberespaço eletrônico realiza a conexão interativa e pluridirecional, em tempo real, entre atores sociais de diferentes diversidades, espaços, distâncias e orientações culturais, dessa maneira esse meio eletrônico pode protagonizar a mudança da cultura política e dos consensos sociais na atual sociedade.

Trata-se, nessa esteira, das novas formas de ativismo político que através dos meios tecnológicos de informação e comunicação, constroem novos rumos à sua luta. Miguel (1999) concorda com essa assertiva:

É possível imaginar uma utilização diferente das novas tecnologias da informação, que dependem da capacidade de mobilização da sociedade e de sua vontade de implementar um projeto alternativo (e, na verdade, antagônico) ao da indústria da teleinformática. Ou seja, depende da capacidade dos diversos grupos sociais para se apropriar das novas tecnologias e usá-las com objetivos emancipatórios. (MIGUEL, 1999, p. 142)

Para tanto, em princípio, segundo o autor, é preciso encontrar um caminho alternativo de organização para a mídia, que vá ao encontro de luta e resistência pertinentes as manifestações das forças sociais, de modo a evitar a progressiva dominação e manutenção do poder, próprias da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, esse estudo objetiva analisar referidos caminhos, a partir da experiência do Centro de Mídia Independente – CMI constante da próxima seção, onde pretendemos demonstrar a relevância das novas formas de luta através da internet.

3 *Seja a mídia: Centro de Mídia Independente*

O Centro de Mídia Independente - CMI é uma rede de produtores que busca, através de um sítio eletrônico, fazer mídia independente transmitindo a informação de maneira crítica com relação aos grandes meios privados de comunicação. Assim, o CMI pretende constituir-se enquanto alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, políticas, sociais e culturais⁸.

O CMI brasileiro é parte de uma rede de mídia alternativa que surgiu depois das manifestações de Seattle/EUA, que ocorreram no mês de novembro do ano 1999, em virtude da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Os protestos de Seattle foram um marco para as formas atuais de movimentos de luta e resistência anti-capitalista à medida que reuniu manifestantes estudantes, ambientalistas, camponeses, ativistas de direitos humanos, feministas, sindicalistas entre outros de várias partes do mundo.

As imagens desse movimento mostraram ao mundo uma diversidade de pessoas e grupos sociais que formavam um corpo de militantes para manifestar sua resistência ao modelo imposto de globalização e à política econômico-financeira praticada pelos países centrais, evidenciando aos ativistas o potencial da utilização política da mídia, para divulgação e mobilização a favor de suas causas.

Segundo Antoun, “a indecente cobertura jornalística da velha mídia corporativa e centralizada” (ANTOUN, 2002, p. 21) gerou a idéia de fazer uma mídia que repassa a informação na perspectiva de quem está protagonizando-a, ou seja, dos manifestantes e ativistas reunidos naquela ocasião. Assim, com o propósito de se opor à cobertura jornalística da mídia internacional, que reportou de maneira unilateral o ato político em Seattle, foi criado o Centro de Mídia Independente.

Dessa forma, o Independent Media Center – IMC/*indymedia*, sediado na internet, teve sucesso imediato após aqueles protestos, espalhando-se por outros países e chegando ao Brasil, constituindo então a sede brasileira – Centro de Mídia Independente, a partir de janeiro de 2001. “Os *indymedia* são grupos de comunicação pela internet que oferecem textos, fotos, vídeos e áudio. Formam uma espécie de agência de notícias alternativa, ativista e descentralizada, ligada em uma rede *websites*” (CHRISPINIANO, 2002, p. 33).

Sua ramificação no Brasil, segundo Rigitano (2003) surgiu em virtude da participação de ativistas brasileiros na organização dos protestos contra a reunião do Fundo Monetário Internacional – FMI que ocorreu em Praga/República Tcheca, no mês de setembro do ano 2000. Assim, considerando o paradigma de outros centros similares espalhados pelo mundo,

⁸ <<http://www.midiaindependente.org>>

foi criado no Brasil o Centro de Mídia Independente que partilha do mesmo objetivo internacional do movimento: criar mídia independente, ou seja, sem ligação com as instituições de mídia já estabelecidas e guiadas pela ideologia dominante.

Dessa maneira, o *website* mídia independente no país, é composto por vários grupos de produtores que se localizam em distintas regiões. Segundo Rigitano (2003), existem grupos em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Caxias do Sul, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador e outros que estavam em formação em outras partes do país na ocasião de sua pesquisa em 2003. Os grupos precisam satisfazer alguns critérios e princípios, além de seguir a linha editorial do coletivo.

A política editorial do CMI⁹ visa determinar padrões para orientar as publicações de acordo com os princípios político-sociais da organização, de modo que sendo assim, qualquer pessoa ou grupo que compartilhe dos mesmos objetivos do coletivo pode *ser mídia*. Tais princípios referem-se à democratização da sociedade, à adoção da perspectiva dos oprimidos, bem como dos movimentos de luta e resistência, a atitude construtiva, a tolerância, a utilização de software livre e a disponibilização do conteúdo do site sob a licença de *copyleft*¹⁰.

A transmissão de notícias sobre os eventos organizados pelos próprios ativistas constitui o fundamento do CMI em todas as partes do mundo, em que o coletivo editorial de mídia do movimento reporta os acontecimentos a partir da perspectiva dos seus protagonistas repassando, dessa forma, notícias que não seriam veiculadas na mídia corporativa ou o seriam de maneira manipulada, como por exemplo, a violência da polícia contra os manifestantes.

É importante destacar nesse contexto, o caráter político da notícia, já que as informações que ocorrem nos mais diversos lugares chegam às casas e à vida das populações com facilidade, formando e sensibilizando opiniões. Dessa maneira, torna-se preponderante por provocar emoções sobre fatos que envolvem as pessoas e acontecimentos a elas relacionados, despertando sentimentos humanos como solidariedade, angústia, felicidade, etc. Isso caracteriza a intrínseca relação da mídia com a dinâmica social e a influência que exerce sob seus aspectos.

Ainda sobre essa relação da mídia com a sociedade, Ianni (1998) alerta que a relevância das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas está em compreender que a mídia tem precípua importância em todos os níveis das relações sociais. Tanto em âmbito

⁹ <http://www.midiaindependente.org>

¹⁰ “O *copyleft* utiliza o mesmo modelo da lei dos direitos autorais, mas invertendo-o em termo do propósito habitual: em vez de ser um meio de privatizar o software, torna-se um meio de mantê-lo livre” (MALINI, 2002, p. 164).

nacional quanto mundial é preciso reconhecer que a mídia influencia e é influenciada pela sociedade e seus processos.

Todavia, a análise de Ianni (1998) entende a mídia como fundamental para a sociedade capitalista tendo em vista que cria necessidades, transformando mercadoria em ideologia, mercado em democracia e gerando assim, a cidadania baseada no consumo. Nesse sentido, a mídia une “a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital” (IANNI, 1998) com o propósito de homogeneizar culturas e formar hábitos globais.

Dessa forma, ao utilizar a mídia e a internet para repassar informações a partir do ângulo dos movimentos sociais e ativistas diversos, o CMI caminha em direção inversa a essa perspectiva, pois denuncia o modelo econômico-social vigente e apregoa a possibilidade de uma sociedade livre, igualitária e com respeito ao meio ambiente. Sendo assim, pode-se caracterizá-lo como uma ferramenta de luta e resistência, sempre mantendo a crítica ao padrão de acumulação excludente e ambientalmente insustentável.

Além da apropriação das tecnologias de comunicação e informação, refere-se principalmente a necessidade de disseminar a pluralidade da informação e promover a democratização da forma de comunicar. Essa dinâmica, além de contribuir com a organização dos movimentos, informa a sociedade e convida para a luta.

Entretanto, apesar de suas manifestações contra as conseqüências perversas do sistema de acumulação, o coletivo do CMI não se constitui como um movimento contra o modo de produção capitalista, mas como ativistas pela igualdade de acesso ao produto desse modelo, ou seja, reportam a necessidade de globalizar a proteção ao meio ambiente e um padrão de vida digno para todos. (IMC *apud* ANTOUN, 2002)

Nesse sentido, o objetivo do CMI é tornar global também a resistência, haja vista que atualmente o sistema econômico, político e social também são globais. A idéia de utilizar o mesmo método usado pelos grandes organismos e agências econômicas é conscientizar a comunidade internacional sobre os prejuízos causados pela busca incessante do aumento de lucros na sociedade capitalista.

O coletivo do CMI, portanto, se manifesta diante das contradições da sociedade capitalista e de suas formas tradicionais de domínios, expressa na grande mídia, idéia que originou a instituição e impulsiona seus ideários e suas ações, ou seja, um jornalismo independente diante de um movimento inserido num contexto econômico e político dentro da sociedade.

A internet, nesse sentido, é o meio pelo qual os ativistas se utilizam para exprimir seu anseio por um mundo melhor e para fazerem a crítica ao horizonte sombrio ao qual a

sociedade capitalista está destinada. Cumprem, assim, seu objetivo: unem perspectivas e democratizam a informação. Rigitano (2003) analisa que a organização e a atuação do CMI encontram na internet o fundamento para o novo ativismo que inaugura. Baseando-se na rede mundial de computadores, surgem novas possibilidades para sua luta social.

Desse modo, pode-se dizer que a mídia na atualidade constitui elemento essencial para o novo cenário político à medida que confere outro sentido a resistência e a luta social. Habermas ao analisar a dimensão do conflito e do consenso na sociedade capitalista, aponta que “O conflito e o consenso, tal como a própria dominação e o poder, cujos graus de estabilidade elas definem analiticamente, não são categorias pelas quais o desenvolvimento histórico da sociedade passe sem deixar vestígios” (HABERMAS, 1978, p. 200).

Contribui para o entendimento da mídia no escopo político-social, responsável pela conformação de consensos e sedimentar conflitos. Em termos da virtualidade como componente principal da mídia analisada, é importante dizer que as dimensões tradicionais de manifestar descontentamento e travar conflitos podem ultrapassar as fronteiras locais e assim, adquirir maior legitimidade e reconhecimento.

Autoun (2002) assinala que antes da emergência dessa nova forma de resistir, tendo a mídia com aliada, não obtinham mais efetividade em suas ações junto à sociedade e, seus manifestantes estavam condenados a gritos impotentes dos contrários à globalização e suas conseqüências. Nesse contexto a internet propiciou uma reinvenção de sentido às práticas democráticas, por tornar real a possibilidade de fazer ativismo através de comunidades nascidas do ciberespaço.

4 Conclusão

Essa análise resultou fundamental para o entendimento da internet como parte constitutiva da luta de coletivos em busca de uma nova lógica societária, ao possibilitar o entendimento do uso dos meios de informação e comunicação como fenômeno histórico referenciado, portanto, como espaço político e contraditório no âmbito das relações sociais.

Dessa maneira, o estudo apontou que a sociedade tecnológica, no apogeu do sistema global de acumulação capitalista, arquitetava tanto uma maior exploração do trabalhador quanto permite engendrar novos elementos de luta e resistência. Esse último constituiu o escopo em que se observou a utilização da internet pelo CMI: como instrumento facilitador da interação social dos protestos e manifestações e como novo componente da transformação social.

Na chamada *era informacional* a utilização crítica da mídia, bem como a publicização dos atos, protestos e cartas dos movimentos no ambiente virtual, torna-se fundamental para o exercício da política, realizando-a em sua dimensão comunicativa, confere maior organicidade às lutas sociais.

É importante salientar que acreditar na promoção da democratização da participação política, em virtude da mera existência de novas tecnologias de informação e comunicação e de grupos organizados que as utilizam constitui uma *miragem da sociedade da informação* (MIGUEL, 1999). É inquestionável que a militância virtual aumenta a interatividade entre os ativistas e facilita a estruturação dos movimentos, entretanto reconhece-se a necessidade de tantas outras mediações serem consideradas na construção da vida democrática. Todavia, as tecnologias causam impacto nas maneiras como as pessoas agem e interagem umas com as outras.

De modo geral o estudo permite concluir a centralidade da utilização das tecnologias de informação e comunicação pelo Centro de Mídia Independente, haja vista que objetivam conceder uma dimensão mundial à resistência anti-capitalista, cujas contradições já estão suficientemente universalizadas.

Nesse sentido, sem perder o horizonte da crítica à racionalidade econômica vigente, considera-se que muito embora a utilização tecnológica pelo Centro de Mídia Independente cumpra seu objetivo com relação a ser mídia crítica, alternativa e conectada as causas dos movimentos sociais é negligenciada na luta a dimensão da transformação societária, à medida que o coletivo não é contra o modo capitalista de produção.

Portanto, infere-se nesse estudo o engajamento obrigatório da efetiva transformação da ordem social com a superação da estrutura vigente e suas diversas determinações sobre as dimensões histórica, política e social da realidade. Qualquer tentativa que pretenda *transformar* desconsiderando essa assertiva, está condenada a uma luta insana e fadada ao fracasso, por praticar ativismo sob a aparência do fenômeno, ou seja, sua manifestação e não a sua essência.

É na perspectiva da superação desse modo de produção que devem se inscrever os movimentos de resistência e luta anti-capitalista. Chesnais, Serfati e Urdy (2005) ao teorizarem, a partir de Marx, sobre movimentos *antimundialização*, contribuem para esse entendimento, colocando que é preciso fazer da sociedade mundial não o espaço onde as relações entre os indivíduos se estreitam nos padrões capitalistas, mas o lugar onde as relações se estabelecem em uma lógica paralela, em virtude da autonomia necessária para que

então, após, o *amadurecimento das condições desse estado de coisas*, sejam criadas a verdadeira comunidade e a universalidade.

Acredita-se que será necessário aguardar um pouco mais pelo *amadurecimento das condições desse estado de coisas*. A relação entre utilização tecnológica, movimentos de luta e resistência e práxis política, desenvolvida nesse estudo, buscou dimensionar o horizonte desse processo. Entretanto, considerando a dimensão histórica e o terreno dinâmico em que se processam as lutas sociais, não é possível mensurar com exatidão as conseqüências históricas que as inovações tecnológicas, sobretudo na área informacional e comunicacional, trarão para a transformação da estrutura material da sociedade. Por enquanto, tem-se a esperança assentada na amplitude das possibilidades engendradas pela utilização tecnológica, a partir das experiências estudadas – conforme análise realizada nesse estudo.

Assim conscientemente ou não, os sujeitos da transformação social somos todos nós, usuários das novas tecnologias de informação e comunicação, promotores de novas cooperações, interações e possibilidades – da mesma forma que o foram no passado, os usuários das máquina-ferramenta descrita por Marx, confrontados com as suas potencialidades contraditórias: organizaram-se e lutaram (LOJKINE, 2002).

Nessa esteira, espera-se que a chamada revolução tecnológica possa significar mais do que inovações sobre os métodos de produção e consumo, mas que a luta organizada pela emancipação humana, possibilite ultrapassar a fronteira virtual da sociedade capitalista para concretizar a dimensão política, reflexo de uma nova significação cultural e ética, ou seja, a realização de uma nova práxis.

Referências

ADORNO, Theodor. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 346-354.

ANTOUN, Henrique. Comunidades virtuais, ativismo e o combate pela informação. **Lugar Comum** – Estudos de mídia, cultura e democracia. n 15-16, set 2001/abr 2002, p. 19-36

BORON, Atilio. A selva e a polis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, p. 203-230, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia internet** – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **A Sociedade em rede.** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v.1) 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

_____. **O Poder da identidade.** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v.2) 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude; UDRY, Charles-André. O futuro do movimento “antimundialização”. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. (Orgs) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais:** Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISPINIANO, José. **A Guerrilha surreal.** São Paulo: Conrad; Com-Art, 2002

COHN, Gabriel. O meio é a mensagem: análise de McLuhan. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e indústria cultural:** leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 363-371.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e Indústria Cultural:** leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1978, p. 187-200.

IANNI, Octávio. O Príncipe Eletrônico. **XXI Encontro Anual da ANPOCS** – Caxambu. 27 A 31 de Outubro de 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 11 outubro 1998.

LOJKINE, Jean. **A Revolução informacional.** Tradução José Paulo Netto. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALINI, Fabio. (Tecnologia das) Resistências da tecnologia: a liberdade como núcleo da cooperação produtiva. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs). **O Trabalho da multidão:** império e resistências. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002.

MARX, Karl. **A Miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. As novas tecnologias e a democratização da informação. **Lugar Comum** – Estudos de mídia, cultura e democracia. n 09-10, set 1999, p. 133-145.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos pela internet. **Sala de Prensa**, n 23, set/2000. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>> Acesso em 09 jan 2008.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do Centro de Mídia Independente. **I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades**, FACOM-UFBA. Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>> Acesso em 15 fev 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. (Orgs) **Pensamento crítico e movimentos sociais**: Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.